



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DELIBERAÇÃO Nº. 48/2013-CONSEPEX

Natal, 21 de junho de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que este Conselho, reunido ordinariamente nesta data, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13 do Estatuto do IFRN,

CONSIDERANDO

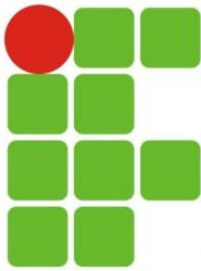
o que consta no Processo nº 23421.007878.2013-43, de 21 de março de 2013,

DELIBERA:

I – APROVAR, na forma do anexo, com base no Parecer da Câmara de Educação Superior de Pós-Graduação deste Conselho, o projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Latou Sensu* (Especialização) em Gestão Pública, na modalidade à distância, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

II – PROPOR ao Conselho Superior a criação do curso no âmbito deste Instituto Federal e a autorização de funcionamento no Câmpus de Educação à Distância.

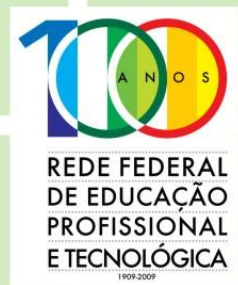

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA
Presidente



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização lato sensu em
Gestão Pública
na modalidade à distância*

www.ifrn.edu.br



*Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização lato sensu em
Gestão Pública
na modalidade à distância*

Área de conhecimento: Administração

Projeto aprovado pela Deliberação nº 48/2013-CONSEPEX, para ser submetido ao Conselho Superior

Belchior de Oliveira Rocha
REITOR

José de Ribamar Silva Oliveira
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Régia Lúcia Lopes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

José Yvan Pereira Leite
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Erivaldo Cabral da Silva
DIRETOR GERAL DO CÂMPUS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ana Lúcia Sarmento Henrique
DIRETORA ACADÊMICA DO CÂMPUS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ilane Ferreira Cavalcante
COORDENADORA DE CURSOS SUPERIORES E PÓS-GRADUAÇÃO DO CÂMPUS
EAD

Maria Aparecida da Silva – UFAL
Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS
Silvar Ribeiro – UnB
Anderson Castanha – UFJF
Marcos Tanure Sanabio – UFJF
Ilane Ferreira Cavalcante - IFRN
Jássio Pereira de Medeiros - IFRN
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CURSO

Jássio Pereira de Medeiros
COORDENADOR DO CURSO

Alexssandro Paulino de Oliveira
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

REVISÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
Francy Izanny de Brito Barbosa Martins
Nadja Maria de Lima Costa
Rejane Bezerra Barros

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. JUSTIFICATIVA	6
3. OBJETIVOS	10
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	11
5. CONCEPÇÃO DO CURSO E PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	11
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	13
6.1 ESTRUTURA CURRICULAR	14
6.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	3
6.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	3
6.4 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	4
6.5 INDICADORES METODOLÓGICOS	5
7 INDICADORES DE DESEMPENHO	6
8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	7
9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	8
9.1 CRITÉRIOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, TRANCAMENTOS E TRANSFERÊNCIA	9
10 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA	9
10.1 INSTALAÇÕES EM GERAL E SALAS DE AULA	12
10.2 BIBLIOTECA	12
10.3 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS	13
11 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	13
13 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	16
REFERÊNCIAS	17
ANEXO I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	19

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, referente à área de Administração – Administração Pública – Código 60202009 da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este projeto pedagógico de curso se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social do IFRN, esse curso se compromete a promover formação continuada de profissionais comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, com os conhecimentos referentes à compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, os significados desses em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar.

Concebe-se a pós-graduação como um espaço de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica das atuações docente e discente. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômica e de formação profissional. Sob a égide desse entendimento, o avanço científico e tecnológico, a socialização do conhecimento e o compromisso de promover o diálogo entre os diversos tipos de saberes são elementos que permeiam e integram as ofertas educativas do IFRN, incluindo a pós-graduação.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação continuada em pós-graduação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP/PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Especialização em Gestão Pública (Pós Graduação *Lato Sensu*). Atende às resoluções CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007 e a CNE-CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, como também a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Administração – Administração Pública – Código 60202009 – CAPES/CNPq.

FORMA DE OFERTA: à distância, conforme o decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e a portaria nº 1.369, de 07 de dezembro de 2010.

2. JUSTIFICATIVA

A reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, bem como o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrentes da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais, contribuíram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da Instituição. Essa postura faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

No âmbito do estado de Rio Grande do Norte, a oferta do Curso de Especialização em Gestão Pública (Pós Graduação *Lato Sensu*), na modalidade à distância, vem atender uma demanda que ultrapassa os limites do nosso Estado, pois é hoje uma demanda a ser atendida em âmbito local e nacional.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado

nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1

mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Quadro 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Total	Municípios						
		Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Quadro 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
		100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja

capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

Nesse sentido, a implantação da Especialização em Gestão Pública (Pós Graduação *Lato Sensu*) atende, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, assim como à função social e às finalidades do IFRN.

Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso de Especialização em Gestão Pública (Pós Graduação *Lato Sensu*) na modalidade a distância, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade da gestão pública em nosso Estado, formando o Especialista em Gestão Pública (Pós Graduação *Lato Sensu*), através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

3. OBJETIVOS

O Curso de Especialização em Gestão Pública tem como objetivo geral a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais.

Os objetivos específicos do curso compreendem

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;

- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica na gestão pública, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo, de suas unidades produtivas e das demandas sociais.

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O Curso de Especialização lato sensu em Gestão Pública, destinado a pessoas portadoras de diploma de graduação. Conforme demonstrado na Figura 1 abaixo, o acesso ao curso poderá ser feito através de processo seletivo, aberto ao público ou conveniado, para um total de 50 vagas por turma.

A seleção constará de uma etapa, de caráter classificatório e eliminatório, e será realizada através de análise de currículo.

Em caso de empate, adotar-se-ão, os seguintes critérios para o desempate:

- a) maior nota no currículo;
- b) maior tempo de experiência no serviço público;
- c) maior idade.

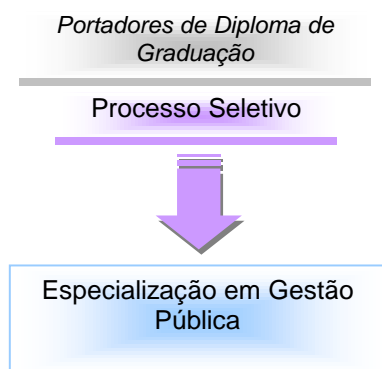


Figura 1 – Requisitos e formas de acesso

5. CONCEPÇÃO DO CURSO E PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública na Modalidade à Distância está fundamentado nos dispositivos legais que tratam dos cursos de especialização na modalidade a distância, a saber:

- No Decreto n. 5.622, de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 (que trata da educação a distância) da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- No Parecer CNE/CES n. 142/2001 e Resolução n. 1, de 3 de abril de 2001, que estabelecem normas de funcionamento para cursos de pós-graduação;
- Na Portaria n. Portaria de autorização n. 1 050, de 22 de agosto de 2008, que permite ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ministrar, em caráter experimental, cursos *lato sensu* a distância; e
- Na Resolução n.1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização.

A concepção e a organização do Curso estão apoiadas nos princípios filosóficos, legais e pedagógicos que embasam o Projeto Político-pedagógico e nas políticas para educação a distância presentes neste documento. Entre eles, pode-se citar como princípio fundamental a unidade teoria-prática, que conduz a um fazer pedagógico em que métodos ativos como pesquisas, projetos e seminários entre outras atividades, estão presentes em todas as unidades curriculares, desde o primeiro período, buscando, além dessa interação, a percepção da complexidade do real a partir da (re)ligação/ (re)significação dos saberes.

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, esses polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e funcionam, portanto, como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, teleaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com videoconferência, Internet, telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria a distância.

Ao concluir o curso, o profissional egresso do Curso deverá ser capaz de:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;

- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A estrutura curricular do Curso observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96; nas resoluções CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007 e a CNE-CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002 e no Projeto Político Pedagógico do IFRN.

6.1 ESTRUTURA CURRICULAR

O curso, com 510 horas aula, terá dois núcleos: um básico, e um específico, o núcleo básico, é composto por uma disciplina de nivelamento, de 30 horas, e mais sete disciplinas, de 30 horas, dividido em modulo de 2 (duas disciplinas), perfazendo um total de 240 horas.

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

O núcleo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, dividido em modulo de 2 (duas disciplinas), perfazendo um total de 210 horas, e mais duas disciplinas voltadas para a construção do TCC, com 30 horas cada de acordo com o quadro 3, de Disciplinas e 4 de Quadro semestral concomitância, conectividade e carga horária de estudo semanal

Quadro 3 - Disciplinas do Curso de Especialização em Gestão Pública

Núcleo Básico	Carga Horária
Módulo I	
Introdução a Modalidade EaD - Nivelamento	30
Estado, Governo e Mercado	30
Módulo II	
O Público e o Privado na Gestão Pública	30
Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
Módulo III	
Políticas Públicas	30
Planejamento Estratégico Governamental	30
Módulo IV	
O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
Sub Total de Carga Horária de Disciplinas	240
Núcleo Específico	Carga Horária
Módulo V	
Cultura e Mudança Organizacional	30
Comportamento Organizacional	30
Módulo VI	
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
Gestão Operacional	45

Módulo VII	
Gestão Logística	30
Plano Plurianual e Orçamento Público	45
Sub Total de Carga Horária de Disciplinas	210
TCC	Carga Horária
Módulo VIII	
Metodologia Científica	30
Monografia	30
Sub Total de Carga Horária de Disciplinas	60
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO	510

Quadro 4 – Quadro semestral concomitância, consecutividade e carga horária de estudo semanal

IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Curso: Especialização em Gestão Pública

Nome do(a) Módulo / Disciplina	1º Semestre																				
	CH T O T A L	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
		e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e
m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m	m		
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n		
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Introdução a Modalidade EaD	30	5	5	5	5	5	5														
Estado, Governo e Mercado	30	5	5	5	5	5	5														
O Público e o Privado na Gestão Pública	30							5	5	5	5	5	5								
Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30							5	5	5	5	5	5								
Políticas Públicas	30													5	5	5	5	5	5		
Planejamento Estratégico Governamental	30													5	5	5	5	5	5		
O Estado e os Problemas Contemporâneos	10																			5	5
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	10																			5	5
Total/ horas	200	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

Nome do(a) Módulo/Disciplina	2º Semestre																				
	C H T O T A L	Mês 6				Mês 7				Mês 8				Mês 9				Mês 10			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
		e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
O Estado e os Problemas Contemporâneos	20	5	5	5	5																
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	20	5	5	5	5																
Cultura e Mudança Organizacional	30					5	5	5	5	5	5										
Comportamento Organizacional	30					5	5	5	5	5	5										
Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30											5	5	5	5	5	5				
Gestão Logística	30											5	5	5	5	5	5				
Gestão Operacional	20																	5	5	5	5
Plano Plurianual e Orçamento Público	20																	5	5	5	5
Total/ horas	200	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

Nome do(a) Módulo // Disciplina	3º Semestre																				
	C H T O T A L	Mês 11				Mês 12				Mês 13				Mês 14				Mês 15			
		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
		e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e	e
		41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gestão Operacional	25	5	5	5	5	5															

Plano Plurianual e Orçamento Público	25	5	5	5	5	5															
Metodologia Científica	30						5	5	5	5	5	5									
Monografia	30												5	5	5	5	5	5			
Total/ horas	110	10	10	10	10	10	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			

6.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.

O aluno terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente. São consideradas produções acadêmicas de TCC para o curso de Especialização em Gestão Pública:

- monografia;
- artigo publicado em revista ou periódico, com ISSN;
- capítulo de livro publicado, com ISBN; ou,
- outra forma definida pelo Colegiado do Curso.

Haverá um grupo de professores-orientadores responsáveis pela orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, que será examinado por três professores, sendo dois integrantes do corpo docente do curso e outro, convidado externo. O mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador;
- reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
- elaboração da produção monográfica pelo estudante; e,
- avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos em apresentação individual à banca examinadora, quando for o caso. Nos casos em que haja necessidade de correções sugeridas pela banca examinadora, o aluno deverá realizá-las e entregar no prazo de 1 (um) mês, a nova versão ao Coordenador do Curso. Se o estudante não obtiver a nota mínima de aprovação, fará uma reescritura do trabalho, seguindo as orientações do professor orientador.

6.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Constituem-se como atividades complementares ao Curso de Especialização em Gestão Pública, a participação dos estudantes e professores em eventos científicos, visitas técnicas junto a organizações e entidades públicas, desenvolvimento de estudos de caso,

realização de *workshops* e colóquios sobre temáticas específicas; produção de artigos científicos e publicação em revistas digitais e impressas, participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre professores estudantes e professores do curso e participação em atividades de extensão universitária e de oficinas temáticas.

6.4 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso deve ser o norteador do currículo no Curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os professores deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os estudantes. Para essas atividades, os professores têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

As diretrizes do Curso devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Curso é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

6.5 INDICADORES METODOLOGICOS

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação de professores, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

O estudante vive as incertezas próprias do atual contexto histórico, das condições sociais, psicológicas e biológicas. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;

- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

7 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

- Número máximo de estudantes da turma: 50.
- Índice máximo de evasão pretendido: 10%.
- Produção científica: produção mínima de um artigo por professor/ano, e ao final do curso, os estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora.

- Média mínima de desempenho de estudantes: 60%.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem do Curso de Especialização lato Sensu em Gestão Pública na modalidade à distância deve ter como parâmetros os princípios do Projeto Político-Pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFRN. Além disso, deve perseguir objetivos deste curso.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Gestão Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza

o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pelos princípios do Projeto Político-Pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFRN. Além disso, deve perseguir as determinações da Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21/03/2012, que trata da organização didática do IFRN.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Será considerado aprovado em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência mínima de 75% da carga horária prevista para as atividades didáticas desenvolvidas pelas disciplinas do curso e média igual ou maior que 60 (sessenta) pontos.

9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de estudos como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de pós-graduação; e a certificação de conhecimentos como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina.

Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN.

9.1 CRITÉRIOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, TRANCAMENTOS E TRANSFERÊNCIA

A recuperação dos estudos será feita dentro dos módulos através de atividades complementares quando necessário e provas finais previstas em nossa organização didática.

O aluno que desejar aproveitar alguma disciplina já cursada em outro curso ou em outra instituição de ensino deverá apresentar, através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais, o plano da disciplina contendo a carga horária e o conteúdo programático da mesma, juntamente com um texto justificando a solicitação de aproveitamento.

Este requerimento deverá ser analisado pelo professor formador da disciplina ou pelo coordenador do curso. Caso deferido, o aluno deverá realizar uma avaliação de nivelamento para compor a nota da disciplina aproveitada.

O aluno, que por algum motivo justificado, desejar trancar matrícula de alguma disciplina, deverá observar alguns requisitos:

- O aluno só poderá solicitar o trancamento de no máximo duas disciplinas por módulo.
- O aluno não poderá solicitar o trancamento de disciplina(s) de um módulo atual, se estiver com duas disciplinas trancadas do módulo anterior. Caso seja uma só trancada do módulo anterior, ele poderá solicitar até no máximo o trancamento de uma do módulo atual, não podendo para o aluno constar mais de duas disciplinas trancadas.
- A solicitação de trancamento deverá ser feita através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais no qual redigirá um texto explicando o motivo da solicitação de trancamento anexando documentação, caso seja necessário.

O aluno que solicitar transferência de curso ou de instituição, deverá apresentar, através de requerimento protocolado no Campus ou Polo presencial onde participa dos momentos presenciais, os motivos da solicitação, juntamente com documentação em anexo, caso seja necessário.

10 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

O Curso utiliza a plataforma virtual de aprendizagem “*Moodle*” como principal meio de contato entre o aluno e a instituição. Serão elaboradas, através dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação com os professores, tutores e alunos, tais como fóruns, chats e correio eletrônico.

Os conteúdos das disciplinas deverão ser sistematizados em diferentes formas, a seguir especificadas. Como recursos didáticos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoaulas;
- Vídeo e Web conferências;
- e-mail; e
- Sistemas de comunicação baseado na internet, síncronos e assíncronos.
- material impresso, relacionado com o conteúdo disposto na plataforma (um roteiro de estudo para cada módulo);
- textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo;
- teleaulas, sendo uma por módulo, que serão encaminhadas aos polos em mídia eletrônica (DVD);
- videoconferências, sendo uma por módulo, previamente agendadas com os alunos.
- material bibliográfico básico complementar nos polos de ensino.

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada a sua experiência em EaD, na produção de teleaulas para o curso a distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - Proitec, dispõe de infraestrutura física para realização de cursos na modalidade a distância, compreendendo:

- um Câmpus de Educação a Distância, com ações institucionais de EaD há mais de dez anos;
- sete laboratórios de Informática;
- provedor de Internet;
- Rednet;
- uma sala equipada com videoconferência na Unidade sede em Natal;
- vinte e sete profissionais capacitados em nível de mestrado na modalidade de EaD;
- um estúdio de produção multimídia;
- videoteca.

O Campus EaD, por sua vez, possui estrutura própria que compreende:

- sete salas de EaD;
- dois laboratórios de informática;
- uma sala de treinamento;
- uma sala de reuniões e estudo;
- uma sala de produção de material multimídia;
- uma sala de coordenação.

As experiências de educação à distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, teleaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso a Internet banda larga e webcam (assessório que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores a distância), além de telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria a distância.

Ademais, cada polo colaborará com o desenvolvimento regional, uma vez que poderá contar com atividades diversificadas, como cursos de extensão, atividades culturais e consultoria para a comunidade.

Para atender às especificidades relativas às funções dos polos, eles deverão contar com uma infraestrutura que disponha, pelo menos, dos seguintes espaços:

- sala de aula com capacidade para 50 alunos equipada com recursos de multimídias para as atividades presenciais e avaliações;
- laboratório de Informática, equipado com impressora e computadores conectados à Internet banda larga e com webcams acopladas;
- biblioteca, com acervo básico na área de conhecimento do curso;
- videoteca, com material audiovisual de apoio;
- sala de atendimento de tutoria;
- sala de professores e tutores;

- equipamento para videoconferência;
- sala para secretaria acadêmica e coordenação do polo.

Além disso, os polos deverão contar com outros equipamentos e materiais para uso didático, tais como: revistas, obras literárias, softwares específicos, materiais didáticos para oficina, televisores, videocassetes, CDs e DVDs, projetores de slides e projetores multimídia.

Os polos também deverão estar adaptados à recepção e permanência de estudantes e profissionais com necessidades educacionais especiais. Para tanto, devem contar em sua infraestrutura física com rampas de acesso, portas que permitam a entrada de cadeira de rodas, banheiros adaptados, carteiras para canhotos etc.

É fundamental que os polos disponham dessa infraestrutura mínima, uma vez que ele contribui sobremaneira para a permanência do estudante no curso, estabelecendo interatividade entre o estudante e a entidade executora e propiciando um ambiente adequado ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas.

10.1 INSTALAÇÕES EM GERAL E SALAS DE AULA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em seu Campus EaD, apresenta infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99

As atividades acadêmicas dessa unidade educacional são desenvolvidas em prédios com ampla área livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centro de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo desportivo e de lazer, assim como estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros de lousa brancos, tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores (internet). Espaço físico adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido às salas disporem de boa ventilação e iluminação.

10.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14

(catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

10.3 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

Quadro 06 – Descrição do Laboratório de informática.

Laboratório: de Informática		Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
		64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)				
20 bancadas/mesas e 40 cadeiras (2 por mesas)				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
20	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)			
5	Estabilizadores de 5KVA			
1	Switch gerenciável			
1	Rack de parede fechado			

Quadro 07 – Descrição do Laboratório de informática.

Laboratório: Prático de estudos		Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
		64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)				
20 bancadas/mesas e 40 cadeiras (2 por mesas)				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
20	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)			
5	Estabilizadores de 5KVA			
1	Switch gerenciável			
1	Rack de parede fechado			

11 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos,

deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação.

Os Quadros 08 e 09 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 08 – Pessoal Docente

Descrição	Qtde.
MÓDULO BÁSICO - Nivelamento	
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Ciências da Computação	01
MÓDULO BÁSICO	
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Direito.	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Economia.	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Administração	05
MÓDULO ESPECÍFICO	
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Administração.	03
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação em Cooperativismo	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Ciências Contábeis	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Psicologia	01
TCC	
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com licenciatura em Letras.	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com licenciatura em Letras.	01
Total de professores necessários	16

OBSERVAÇÃO 1: Os professores do IFRN têm regime D.E (Dedicação Exclusiva) e os DOCENTES da UAB – 20h

OBSERVAÇÃO 2: a oferta UAB, além do professor, necessita-se de tutores para o acompanhamento do desenvolvimento das disciplinas tendo em vista o grande número de alunos. O número ideal é o de um tutor por polo presencial. No caso da demanda institucional é preciso de que se tenha um professor por disciplina em cada campus.

Quadro 09 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Curso de Especialização em Tecnologias Educacionais.

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição, e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01
Profissional de nível superior em qualquer área de licenciatura para assessorar e coordenar as atividades dos laboratórios de apoio ao Curso – Coordenador de polo	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário em qualquer área para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso – Tutor presencial	01 (um por polo de apoio presencial)
Profissional técnico de nível superior na área de administração para auxiliar o Professor Formador no atendimento aos alunos – Tutor à Distância	01 (um para cada grupo de 25 alunos)
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio	01

administrativo da secretaria do Curso.	
Total de técnicos-administrativos necessários	05

OBSERVAÇÃO 3: o número de profissionais de nível superior, na demanda UAB, deve ser acrescido de um coordenador de polo mais um tutor presencial por cada polo presencial. No caso da demanda UAB e institucional, além do coordenador do curso, será preciso de um secretário acadêmico e um coordenador de tutoria/TCC no Câmpus EaD.

OBSERVAÇÃO 4: A oferta UAB, além do professor, necessita de tutores para o acompanhamento do desenvolvimento das disciplinas tendo em vista o grande número de alunos. O número ideal é o de um tutor por polo presencial. No caso da demanda institucional é preciso de que se tenha um coordenador responsável pela EaD em cada campus. O número ideal para um tutor a distância por polo é de um para cada 25(Vinte e Cinco) alunos.

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com pós-graduação stricto sensu e com graduação na área de pedagogia ou informática, com curso de formação em EaD, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

Concernente à observação supracitada, mencionamos que as atividades realizadas pelos tutores a distância são: trabalhar junto aos professores no acompanhamento das disciplinas, no que diz respeito à correção de provas, participação nos fóruns, chats, dar suporte didático-pedagógico no auxílio às dúvidas dos alunos, visando ajudá-los a compreender os materiais didáticos de cada disciplina, que compõe os módulos através de debates e explicações, bem como os ajudam a organizar as suas atividades avaliativas em tempo hábil no sentido de cumprir o cronograma do curso. O tutor a distância é fundamental para incentivar os cursistas no tocante ao seu desempenho, também quanto às atividades de recuperação. São enviados aos polos textos impressos como atividades complementares, as quais ajudarão no aprimoramento intelectual dos alunos, possibilitando uma atitude de autonomia no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a relação entre tutores e professores se dá por meio da Plataforma Moodle e de encontros presenciais em que ambos planejam as atividades acadêmicas.

Com relação aos tutores presenciais, estes profissionais atuam em consonância com a coordenação do Polo e do Curso ofertado pela instituição parceira. Dão suporte presencial aos alunos, tais como: apoio tecnológico e administrativo, o que consiste em um trabalho técnico-pedagógico. Enfatizamos que o trabalho de ambas as tutorias se dá via plataforma, salvo alguma necessidade que o aluno tenha e que não possa ser contemplada virtualmente, daí a necessidade de Polos de Apoio Presencial.

Para a formação de professores e tutores, o Câmpus EaD-IFRN oferece um Curso de Formação em EaD estabelecendo o cumprimento de uma carga horária de 120h. O material utilizado é dividido em quadros temáticos: a primeira temática apresenta um histórico da EaD; A segunda comenta sobre as atribuições e funções da tutoria e define a identidade do professor-tutor, de acordo com as normas estabelecidas pela EaD; a terceira, identifica e caracteriza as diferentes mídias utilizadas no curso de EaD, bem como, discute a importância

que essas mídias utilizadas promovem, proporcionando a interação no processo de ensino-aprendizagem na EaD; a quarta, apresenta propostas e instrumentos de avaliação utilizadas no processo de avaliação pelos professores formadores e tutores.

O Curso é desenvolvido em ambiente virtual de aprendizagem, contando também com 20h/aulas presenciais. O material utilizado no curso constitui o seu referencial teórico-metodológico, destacando temáticas importantes da EaD e do trabalho de Tutoria.

A proporção de tutor/aluno para o funcionamento adequado do Curso corresponde a 01 (um) tutor para cada grupo de 25 alunos.

13 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Pós-Graduação “*Lato Sensu*” em Gestão Pública a Distância e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao egresso o Certificado de **Especialista em Gestão Pública**.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: elementos de uma estratégia de cidades. Document of the World Bank. **Relatório nº 35.749-BR**. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei nº 11.892 de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 22 fev. 2012. Brasília/DF: 2009.

CNE/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2001**. normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília/DF. 2001.

_____. **Resolução CNE/CES nº. 24/2002**. Altera a redação do § 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES nº. 01/2001. Brasília/DF. 2002.

_____. **Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08/06/2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília/DF. 2007.

_____. **Resolução CNE/CES nº. 06/2009**. Altera o § 3º do art. 4º da Resolução CNE/CES nº 01/2001. Brasília/DF. 2009.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Disponível em <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012.

_____. **Organização Didática do IFRN**. Disponível em <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

MEC/Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº. 02/2007**. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Brasília/DF. 2007.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2008.

PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.

ANEXO I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Curso: Especialização em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h
Disciplina: Introdução à Modalidade EaD	Número de créditos
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

Contextualização histórica. Bases conceituais e fundamentos. Mediação pedagógica no contexto da EaD. As TICs no processo de ensino e aprendizagem – práticas metodológicas. Organização de sistemas de EaD: tutoria, estrutura tecnológica, avaliação e material didático.

PROGRAMA

Objetivos

- Estabelecer um processo de reflexão e análise crítica dos fundamentos e metodologia da Educação a Distância, reconhecendo as possibilidades e limitações dessa modalidade.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Contextualização histórica da EaD
- Conceitos e princípios básicos (terminologias)
- Organização administrativa e pedagógica das propostas de EaD
- O papel do aluno e do professor no âmbito da EaD
- O papel das tecnologias e mídias como recurso didático-pedagógico na modalidade a distância
- A mediação pedagógica nas práticas educativas na modalidade a distância
- A avaliação na EaD

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ARETIO, L. G. Para uma definição de educação à distância. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro: ABT, v.16, n. 78/79, p.56-61, set./dez. 1987.
2. _____. Unidade IV – Recursos Didáticos. El material Impreso. In: _____ Educación a Distancia Hoy. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.
3. BELLONI, M. L. Educação à distância. Campinas: Autores Associados, 2006.
4. DIAS, Dosiânica Aparecida. Educação a distância: da legislação ao pedagógico. Colaboração de Lígia Silva Leite. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.
5. GOUVÊA, Guaracira & OLIVEIRA, Carmem Irene. Educação a distância na formação dos professores: viabilidades, potencialidades e limites. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
6. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 5ed. Campinas: Papyrus, 2008.

Bibliografia Complementar

1. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
2. LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia educacional**: política, histórias e propostas. Porto Alegre: ArtMed, 1997.
3. SANCHO, Juana. Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Software(s) de Apoio:

-

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Estado, Governo e Mercado

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

PROGRAMA

Objetivos

- Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).
2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
2. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
3. _____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa?", p. 55-74.
4. GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. "Introdução", p. 9-30.
5. HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).
6. O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.
7. OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? *Reforma Y Democracia*. **Revista del CLAD**. n. 9 (Oct. 1997), p. 7-61
8. PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital", p. 87-115.
9. SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

Bibliografia Complementar

1. BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
2. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
3. DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.
4. GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
5. OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
6. POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
7. SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no

Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

8. SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.
9. SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
10. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**
Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública
Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**
Número de créditos

EMENTA

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

PROGRAMA

Objetivos

- Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A dicotomia público-privado: a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado: os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público: dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)

Bibliografia Básica

1. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.
2. CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.
3. MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
4. NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.
5. PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças**. In: **RAP**, nº 40, vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Bibliografia Complementar

1. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
2. BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.
3. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.
4. BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.
5. BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.
6. _____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.
7. DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.
8. FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
9. HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfaceEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.
10. HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
11. MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
12. PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.
13. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
14. SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Bomtempo, 1998.
15. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: Especialização em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h
Disciplina: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	Número de créditos
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

PROGRAMA

Objetivos

- Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI
- Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);
- Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);
- Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e
- Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.
2. BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.
3. DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.
4. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.
5. LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
6. MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
7. OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003.
8. SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.
9. SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
10. SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" p. 83-104.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.
2. FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
3. GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.
4. LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em

- mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.
5. LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].
 6. LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
 7. QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.
 8. REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.
 9. VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Políticas Públicas

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

PROGRAMA

Objetivos

- Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender a operacionalização do ciclo de uma política pública, assim como todos identificar atores e fatores que interferem nesse processo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Sociedade.
- Política.
- Política Pública.
- As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico.
- A concepção do “ciclo da política”.
- Atores políticos (*stakeholders*).
- Poder e recursos de poder.
- Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil.
- Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
2. COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.
3. COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
4. DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papius, 1996.
5. DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.
6. DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.
7. _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
8. DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
9. DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
10. ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.
11. FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.
12. GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e**

- Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
13. LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.
 14. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.
 15. MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados** (USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.
 16. MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas.** Madrid: Ariel, 1992.
 17. MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p. 7 – 70.
 18. MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
 19. MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista.** Portugal: Celta Editora, 1995.
 20. NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático.** Brasília: ENAP, 1997.
 21. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.
 22. PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning.** 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.
 23. RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais.** São Paulo: Cortez, 1999.
 24. SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.
 25. SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.
 26. SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración.** Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.
 27. VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Bibliografia Complementar

1. CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas:** uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
2. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.
3. HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno.** Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).
4. ROTH, André-Noël. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.
5. SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

PROGRAMA

Objetivos

- Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender o contexto histórico do planejamento governamental, sua evolução e abordagem crítica.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Introdução ao Planejamento Estratégico.
- Aspectos Gerais e Históricos.
- O Desenvolvimento Planejado.
- Evolução do Planejamento no Brasil.
- Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.
- Plano Plurianual.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)

Bibliografia Básica

1. ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).
2. CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.
3. ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.
4. FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.
5. LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.
6. MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.
7. _____. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.
8. MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.
9. _____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.
10. MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.
11. OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

Bibliografia Complementar

1. MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.
2. OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: O Estado e os Problemas Contemporâneos

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

PROGRAMA

Objetivos

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Problemas de distribuição de renda e riqueza;
- Geração de trabalho e renda;
- Inclusão social;
- Necessidade de reformas;
- Transparência e da participação popular.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p. 69-103.
2. ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar

1. INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: Especialização em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h
Disciplina: Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	Número de créditos
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.

Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

PROGRAMA

Objetivos

- O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiem a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

2. FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.
3. GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. **IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. *Revista Brasileira*. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
4. JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas**.

Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

5. _____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.
6. SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Bibliografia Complementar

1. CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.
2. CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
3. CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.
4. DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.
5. GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.
6. HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
7. IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
8. _____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
9. _____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
10. IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.
11. _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
12. JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
13. JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
14. MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
15. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPS, 2002.
16. NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.
17. PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
18. RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
19. ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
20. SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
21. TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**
Disciplina: Cultura e Mudança Organizacional
Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**
Número de créditos

EMENTA

A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais. Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional. Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojetoado e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes.

PROGRAMA

Objetivos

- A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças.
- Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa.
- Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes.
- Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas.
- Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Bibliografia Complementar

1. CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.
2. FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.
3. _____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.
4. FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.
5. _____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.
6. HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.
7. KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.
8. MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
9. OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.
10. THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.
11. TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

12. WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Comportamento Organizacional

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes.

Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos.

Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação.

Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.

PROGRAMA

Objetivos

- Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.
- Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
- Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
- Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.
- Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Bibliografia Complementar

2. BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.
3. DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.
4. MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.
5. NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: Especialização em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h
Disciplina: Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	Número de créditos
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

PROGRAMA

Objetivos

- Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento da gestão em redes na esfera pública.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Desenvolvimento regional.
- Conceito e organização de redes.
- Estrutura, funcionamento e propriedades das redes.
- A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias.
- Casos de redes estaduais e municipais.
- Alianças e parcerias.
- Concessões.
- PPPs.
- Consórcios.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.
2. CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
3. MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

Bibliografia Complementar

1. MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.
2. TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Gestão Operacional

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **45h**

Número de créditos

EMENTA

Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos.

Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio).

Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis.

PROGRAMA

Objetivos

- O que se pretende com esta disciplina, do Curso de Especialização em Gestão Pública, é dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.
- A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.
- Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.
- Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.
- Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
-

Bibliografia Básica

1. ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo**: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.
2. VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

Bibliografia Complementar

1. MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.
2. BEUREN. Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.
3. FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo; Atlas, 1993.
4. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.
5. LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
6. MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. **Medição de desempenho**. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

7. OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Gestão Logística

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

PROGRAMA

Objetivos

- Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com destaque para os instrumentos de gestão logística do Estado.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Introdução à Logística.
- Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística.
- Nível de Serviço Logístico.
- Gestão de Compras.
- Gestão de Estoques.
- Processo de Negociação com Fornecedores.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)

Bibliografia Básica

1. ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.
2. BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
3. BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
4. CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.
5. DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.
6. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
7. NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
8. VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

1. ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.
2. _____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.
3. _____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.
4. BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.
5. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
6. _____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
7. _____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
8. DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
9. _____. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.
10. GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.
11. KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
12. SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
13. ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
14. VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: Plano Plurianual e Orçamento Público
Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: 45h
Número de créditos

EMENTA

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público.

O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos.

Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

PROGRAMA

Objetivos

- Esta disciplina visa dotar os alunos do Curso de Especialização em Gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.
- PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.
- Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.
- A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.
- O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos dirigidos com abordagem prática, pesquisa na Internet, utilização de vídeos.

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.

Avaliação

- Avaliações práticas presenciais em laboratório e avaliações na plataforma
- Trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)

Bibliografia Básica

1. GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

2. ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.
3. BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.
4. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento positivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.
5. SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
6. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.
7. SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional, Antivírus, Compactador de arquivos.
- Programa de apresentação, Editor de texto e Planilha eletrônica.

Curso: **Especialização em Gestão Pública**

Disciplina: **Metodologia Científica**

Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**

Número de créditos

EMENTA

Métodos e tipos de pesquisa; o planejamento da pesquisa; construção do projeto de pesquisa e ensino da elaboração de monografias e trabalhos acadêmicos.

PROGRAMA

Objetivos

- Favorecer a compreensão da metodologia científica para o planejamento, execução, análise e interpretação de pesquisa científica.
-

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Metodologia científica e TICs.
- Método Científico: características; estratégia e tática científica; circularidade.
- Processos do método científico: observação, problema, hipótese e verificação científicas; análise e síntese.
- Pesquisa Científica: conceitos, características e estágios.
- Organização e Orientação da Pesquisa Científica: formas de organização; equipes de pesquisa.
- Identificação e seleção de problemas de pesquisa
- Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico.

Procedimentos Metodológicos

- Estudos com abordagem prática.
-

Recursos Didáticos

- Utilização da plataforma *moodle*, para disponibilização de material didático, vídeos, textos complementares, etc.
-

Avaliação

- Construção de um pré-projeto de monografia.
-

Bibliografia Básica

1. BARROS, A.J.P. DE.; LEHFELD. N.A.S. Fundamentos de metodologia. Um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132p.
2. BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.M.; DELUIZ, N. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 96p.
3. BUNGE, M. La investigación científica, su estrategia y su filosofía. 4. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1975. 955p.
4. CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 248p.
5. CORRÊA DA SILVA, J.G. Pesquisa Científica, Versão Preliminar. Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1994. 36p.
6. DESCARTES, R. Discurso del método. Barcelona: Ediciones Altaya, 1993. 104p.

Bibliografia Complementar

1. MEIS, L. DE; CARMO, D.A.R. DO. O método científico. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 84p.
2. OLIVEIRA, S.L. DE. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.
3. REYS, L. Planejar e redigir trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. 318p.
4. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 237p.
5. VERA, A.A. Metodologia da pesquisa científica. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983. 223p.

Software(s) de Apoio:

-

Curso: **Especialização em Gestão Pública**
Disciplina: **Monografia**
Pré-Requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: **30h**
Número de créditos

EMENTA

Esta disciplina é voltada para a coordenação dos trabalhos de conclusão do curso.

PROGRAMA

Objetivos

- Articular as orientações necessárias aos temas propostas para as monografias.
- Intermediar as relações entre orientandos e orientadores.
- Coordenar os processos relativos às apresentações dos trabalhos de conclusão de curso.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Orientações de trabalho de conclusão de curso.

Procedimentos Metodológicos

- Encontros virtuais de orientação.
-

Recursos Didáticos

- Ambiente Virtual de Aprendizagem: *moodle*.
-

Avaliação

- Apresentação da monografia
-

Bibliografia Básica

Conforme temática do aluno.

Bibliografia Complementar

Conforme temática do aluno.

Software(s) de Apoio:

-